

Pec vai retirar R\$ 175 bi do teto de gastos

■ SUCESSÃO

Relator do Orçamento confirma intenção do governo eleito de deixar benefício fora do limite fiscal. Lula defende medida para manter valor de R\$ 600 e causa reação do mercado

PEC exclui do teto de gastos R\$ 175 bi para Bolsa-Família

Brasília – O relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), afirmou, ontem, que a ideia do governo eleito é apresentar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, hoje ao Congresso, retirando o Auxílio Brasil (que voltará a ser chamado de Bolsa-Família), do teto de gastos. Ele explicou que o Orçamento atual já tem R\$ 105 bilhões para pagar um auxílio de R\$ 400. E são necessários mais R\$ 70 bilhões para aumentar para R\$ 600 e ainda pagar R\$ 150 para cada filho menor de 6 anos. Retirando esses R\$ 175 bilhões do teto, o Orçamento de 2023 ficaria com espaço de R\$ 105 bilhões para acomodar outras despesas, como o programa Farmácia Popular, merenda escolar, saúde indígena e outras ações. O anúncio foi feito após reunião de líderes de partidos com o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, no Centro Cultural Banco do Brasil, sede do governo de transição. Mais cedo, Lula defendeu que os recursos para a área social fiquem fora do teto de maneira permanente. Depois da declaração, o mercado financeiro – que já estava aprensivo devido ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro, que chegou a 0,59%, pondo fim a três meses de deflação – ficou mais agitado ainda. O dólar disparou e fechou a dia a R\$ 5,40, com alta de 4,09%, a maior valorização diária desde março de 2020. Lula reagiu ao ser questionado pela imprensa e disse que a “questão social” deveria ser a prioridade, e não o teto de gastos.

“Eu vejo que o novo governo sempre fala em ações sociais e em

investimentos para gerar empregos”, disse o senador Marcelo Castro aos jornalistas. “Houve uma boa receptividade de todos os líderes. A equipe do governo saiu daqui e foi conversar com o presidente da Câmara, Arthur Lira. Até amanhã [sexta-feira], a equipe vai entregar o texto da PEC”, informou Marcelo Castro. A PEC da Transição é alternativa discutida por integrantes do governo eleito e por representantes do Congresso Nacional para viabilizar o pagamento de despesas que não estão previstas no Orçamento de 2023. Entre essas despesas está o aumento no valor do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600. Com a PEC, despesas como o aumento do auxílio e o possível aumento real do salário mínimo não seriam contabilizadas no teto de gastos. Assim, o governo teria a garantia dos recursos sem desrespeitar as regras constitucionais.

Segundo Marcelo Castro, ficou combinado que a PEC vai detalhar rubrica e valor, para uma maior clareza sobre quais recursos serão excepcionalizados no teto de gastos. Ele também disse que, depois de receber o texto, vai conversar com as lideranças partidárias e que a tramitação da matéria só será iniciada com o consenso dos líderes do Senado e da Câmara.

A PEC vai começar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois de aprovada, será enviada ao plenário do Senado. O relator lembrou que, por acordo, a votação na comissão e no plenário pode ocorrer no mesmo dia. A retomada da discussão da PEC com a liderança deve ocorrer



JEFFERSON RODRIGUES/AGÊNCIA SÍMBOLO

“

Eu vejo que o novo governo sempre fala em ações sociais e em investimentos para gerar empregos. Houve uma boa receptividade de todos os líderes”

■ Marcelo Castro (MDB-PI), senador e relator do Orçamento da União

a partir de quarta-feira da semana que vem. De acordo com o senador, essa excepcionalização para os recursos do Bolsa-Família será permanente, e não apenas para o ano que vem. “É um compromisso da sociedade brasileira com os mais pobres, que precisamos ter segurança sobre esse recurso. O Brasil é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo e não aceitamos que nossos irmãos sofram com a fome. Estamos garantindo que essas pessoas terão esses recursos para todo o sempre”, afirmou.

O vice-líder da Minoria, depu-

tado José Guimarães (PT-CE), defendeu que as mudanças previstas na PEC da Transição tenham validade, pelo menos, nos próximos quatro anos. “Dá mais segurança jurídica, dá segurança política, o mercado vai saber o que é e o que não é”, argumentou. “O país tem novo governo, todo mundo conhece as propostas que foram referendadas pelas urnas. Precisamos de um Orçamento robusto para garantir, porque a massa salarial ajuda no crescimento. Não tem que ter sobresaltos sobre isso.”

O líder do PT, deputado Regi-

naldo Lopes (MG), afirmou que a PEC ainda está em construção e que é preciso conseguir espaço orçamentário para cumprir as promessas de campanha do governo eleito. “Não pode deixar o povo passando fome, ele tem direito a trabalho e renda. E, por um princípio de excepcionalidade no teto de gastos de transferência de renda, você abre espaço para fazer investimentos em outras políticas”, explicou o parlamentar.

Reginaldo Lopes afirmou que o texto deverá começar a tramitar pelo Senado, já que a tramitação de PECs é mais rápida

naquela Casa. O líder do PT disse ainda que, assim que for aprovado pelos senadores, o texto pode ser arquivado a outra proposta cuja tramitação na Câmara esteja em um estágio mais avançado, sem precisar passar pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) ou cumprir os prazos da comissão especial. O projeto do Orçamento de 2023 (PLN 32/22) está em análise na Comissão Mista de Orçamento e, segundo o cronograma, deve ser aprovado pelo plenário do Congresso Nacional até 16 de dezembro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3